



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 3 - 2025/2029**

**Data da Sessão :** 17 de dezembro de 2025

**Início da sessão:** 10:00 horas

**Términus da Sessão:** 13:30 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

**Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

Nuno Fernando Bento Neto, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Luís Filipe Cordeiro de Matos, Carla Isabel Silva Loureiro, César Manuel Guerra Sequeira Estrela, Margarida Isabel Mendes Martinho, Gustavo Miguel Alexandre Gaspar, Augusto Teresa Pissarreira, José Manuel Saldanha Rocha, Nuno Filipe de Oliveira Lopes Serras, Vera Lúcia Marques da Silva, Pedro Manuel Marques Jana, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Catarina Alexandra Martins, Domingos Martins Alves, Filipa Alexandra Martins Garcia, Nuno Miguel Matias Tavares, Carla Cristina Marques Martins, Miguel Alves de Matos, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, Daniel Fernando Marques Lopes Jana

**Faltas Justificadas:** Ana Teresa Marques de Matos e Duarte Filipe Baptista de Matos Marques

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe

**Cargo:** Assistente Técnico

**Acta N.º 3 - 2025/2029**  
**17 de Dezembro de 2025**

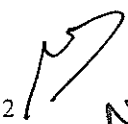
-----INICIO-----

--- Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dez horas, reuniu extraordinariamente no Salão Nobre da Câmara Municipal Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**
- 3) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira;**
- 4) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Amêndoa.**
- 5) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Cardigos.**
- 6) Discussão e votação de proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos compromissos;**
- 7) Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2026;**
- 8) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2026;**

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à instalação do vogal Augusto Teresa Pissarreira, com o Cartão de Cidadão nº 02191320, válido até 20 de novembro de 2030 e do vogal Nuno Filipe de Oliveira Lopes Serras, com o Cartão de Cidadão nº 15575949, válido até 27 de dezembro de 2028, que substituíram os vogais Ana Teresa Marques de Matos e Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, respetivamente, que justificaram as suas faltas em devido tempo.

2  

O Sr. Presidente da Mesa solicitou ao vogal Luís Matos que assumisse o lugar de secretário nesta sessão, substituindo a vogal Ana Teresa Marques de Matos nessa função.

Em seguida deu conhecimento aos presentes, da correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, bem como para as pessoas que estejam a acompanhar esta sessão em casa, uma vez que a mesma é a primeira, deste mandato, a ser transmitida em live streaming. Continuou referindo que as Associações do nosso concelho têm mostrado uma dinâmica fenomenal, pois como todos já perceberam, não há fim de semana em que o nosso concelho não tenha uma festa ou um convívio e, nesta altura de Natal tem sido incrível. Deixou, em nome da bancada do Partido Socialista, uma palavra de felicitações às Associações pelo seu fantástico trabalho que vêm desenvolvendo e um agradecimento a todas as pessoas nelas envolvidas pela disponibilização do seu tempo e da sua energia a favor das suas terras e das suas gentes. Em seguida solicitou informação à Câmara sobre o ponto de situação das obras de requalificação urbana que estão a decorrer em Cardigos, bem como qual a previsão para a conclusão das mesmas.

--- O vogal Domingos Alves apresentou o seguinte requerimento:

**“Requerimento do Movimento Independente Todos Juntos por Mação referente às AIGP (áreas integradas de gestão de paisagem)**

- O Decreto Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho estabelece o regime jurídico das denominadas AIGP.

- Do Diário da República, de 16-07-2021, 2ª série, pag. 562- (2) e seg consta a constituição das AIGP de Cardigos, Carvoeiro / Envendos, Aboboreira e Mação promovidas pela Câmara Municipal de Mação, devendo a entidade gestora a constituir assumir a natureza prevista no n.º 1 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020 de 26 de Junho.

- Do n.º 1 do artigo 15º do Decreto do Decreto Lei 28-A/2020 de 26 de junho, decorre que a entidade gestora a constituir deve ter a natureza de empresa local, constituída nos termos do artigo 48º da Lei 50/2012 de 31 de agosto.



- Por definição uma empresa local é uma pessoa coletiva de direito privado que opera sob a influência direta do Município, operando sob o seu controlo e supervisão.
- Em 13-09-2022 foi criada a sociedade anónima AZR – Gestão Territorial, S.A. em que o Município não detém capital social, não supervisiona nem controla.
- De deliberação da Câmara Municipal de Mação, datada de 14-09-2022, consta: foi deliberado por unanimidade, não tendo o Sr. Vereador António Louro, participado na votação, delegar na AZR – Gestão Territorial, S.A. a gestão das AIGP em que a entidade promotora é a Câmara Municipal, aprovada em minuta esta parte da ata para execução imediata.
- Não foi assinado “contrato de delegação de competências” entre a Câmara Municipal de Mação e a AZR – Gestão Territorial, S.A. e para ser válido e produzir efeitos o ato de delegação teria que ter os poderes delegados bem definidos e especificados como consta do artº 47º/nº 1 do CPA, sendo certo que o poder local só pode delegar os seus poderes noutros órgãos nos termos previstos na constituição (artigo 111º/2 da CRP) e na Lei, inexistindo no presente caso uma lei de habilitação. Por fim o ato de delegação terá que ser publicado no Diário da República ou em publicação oficial da entidade pública como impõe o artigo 47º/nº 2 e 159º, do CPA, em síntese a delegação efetuada é nula e de nenhum efeito.

Ainda assim,

- No ponto 10 da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, reunida em 22-09-2022 consta “análise de proposta de delegação de gestão das AIGP sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Mação, que posto à discussão ficou inconclusivo.
- A celebração de contratos de delegação de competências pela Câmara Municipal devia ser autorizada pela Assembleia Municipal, o que no caso não ocorreu pois à data que a Assembleia Municipal reuniu a Câmara Municipal já tinha efetuado a delegação de competências à AZR.
- A delegação de poderes é o ato pelo qual um órgão normalmente competente para decidir em determinada matéria transmite o exercício de competências para outro órgão, sobre o qual exerce um poder de direção e de superintendência.



- No caso a Câmara Municipal delegou poderes sem autorização da Assembleia Municipal bem como delegou os poderes de entidade gestora em entidade que não podia (AZR), inexistente lei de habilitação, não foram definidos nem especificados os poderes delegados, nem feita a publicitação.

Consequentemente, a delegação efetuada é nula e de nenhum efeito.

- Nulidade que desde já se invoca para todos os efeitos legais.

- A Câmara Municipal de Mação, através do seu representante, participou nas conferências procedimentais para análise das propostas de OIGP apresentadas pela entidade gestora, conforme nº 6 do artigo 21º do Decreto Lei nº 28-A/2020 de 26 de junho.

- Como consta das respetivas atas de conferência procedimental as propostas de OIGP do concelho de Mação tiveram parecer favorável condicionado, com recomendações, observações e indicação de insuficiências.

- Desconhece-se se as recomendações foram acatadas e as insuficiências supridas com alteração do parecer.

- Uma das insuficiências apontadas é a falta de declarações de compromisso com os conteúdos previstos no RJRP, previstos nos artigos 24º e 24º A, do Decreto Lei nº 28-A/2020 de 26 de junho, referindo contudo que o processo de adesão à execução decorre essencialmente, após a aprovação das OIGP.

- Acontece que, as OIGP de Envendos e Ortiga, foram aprovadas pelo despacho nº 3088/2024, publicado em DR em 22 de Março de 2024; as OIGP de Aboboreira, Amêndoa, Carvoeiro, Castelo, Mação e Penhascoso foram aprovadas pelo despacho nº 14844-A/2024, publicado em DR de 16-12-2024 e a OIGP de Cardigos foi aprovada pelo despacho nº 15261-D/2024, publicado no DR de 31 de dezembro.

- Nos referidos despachos de aprovação a entidade gestora AZR – Gestão Territorial, S.A. foi substituída por AFLOMAÇÃO – Associação Florestal de Mação, o que vem adensar as dúvidas sobre o cumprimento da lei pela Câmara Municipal de Mação, AZR – Gestão Territorial, S.A. e AFLOMAÇÃO – Associação Florestal de Mação bem como as demais entidades que participaram nas conferências procedimentais e na aprovação das OIGP.

- Atentos os estatutos de AFLOMAÇÃO – Associação Florestal de Mação, em nosso entender e pelas razões apontadas à AZR – Gestão Territorial, S.A. também não pode ser entidade gestora.

- Decorrido um ano sobre a aprovação das nove OIGP do concelho de Mação, as alegadas entidades gestoras não deram cumprimento ao disposto nos artigos 24º e 24º A do Decreto Lei n º 28-A/2020 de 26 de junho, que consiste na notificação dos proprietários e demais titulares de direitos reais, para que de forma voluntária assumam a execução das operações previstas para os seus prédios. Dessa notificação, em síntese, deve constar o prazo de adesão voluntária à OIGP, não inferior a 30 dias, descrição das ações previstas para o prédio durante a vigência da OIGP, prazo de execução, fontes de financiamento disponíveis, forma de disponibilização da OIGP e meios de adesão.

- No prazo previsto na notificação os proprietários devem comunicar à entidade gestora a sua adesão à OIGP na modalidade de execução pelo proprietário ou execução pela entidade gestora, sendo que na falta de resposta presume-se a adesão na modalidade de execução pela entidade gestora.

- A adesão é formalizada por contrato entre a entidade gestora e o proprietário no prazo máximo de 30 dias após o prazo referido na notificação.

- Por outro lado, consta que as alegadas entidades gestoras já receberam adiantamentos por conta das OIGP na ordem dos 12 milhões de euros, através dos quais adquiriram grande quantidade de equipamentos usados, nomeadamente, tratores, veículos mistos de passageiros, niveladoras, gruas, imóveis, etc. e contratou funcionários.

No que toca a trabalhos, eventualmente no âmbito das OIGP, foram limpos caminhos e executados trabalhos em terrenos de particulares, tudo ao arrepio das regras de execução das OIGP.

- Para as nove OIGP do concelho de Mação, resulta dos despachos que as aprovaram, está validado um financiamento total que ronda os quarenta e sete milhões de euros.

- Para os proprietários, a não execução das OIGP determina uma desvantagem patrimonial equivalente ao que podiam obter com a execução da OIGP ou de outros programas de ajuda (caso floresta viva, etc.) mas que pelas razões apontadas não venham a receber. Este dano enquadra-se na denominada perda de chance e é indemnizável.

- Por isso, o Movimento aconselha os proprietários e outros titulares de direitos reais dos prédios abrangidos pelas AIGP, a apresentarem projetos em que

tenham direito a ajudas financeiras, pois apesar das probabilidades de serem indeferidos por causa das AIGP, são fundamentais para efeitos indemnizatórios. Requer-se que através da mesa da Assembleia, seja solicitado à Câmara Municipal, para informar o que tiver por conveniente sobre o exposto e medidas a tomar, comunicando-o à mesa da Assembleia, num prazo razoável, atenta a urgência e gravidade dos factos relatados de que não pode deixar de ter conhecimento.”

Continuou a sua intervenção agradecendo à Junta de Freguesia de Carvoeiro, na pessoa da sua Presidente, que o recebeu, ouviu as preocupações expostas relativamente a este assunto, sobre que prédios faziam parte das AIGP, quais os prédios sem dono e qual o aproveitamento previsto para os prédios nessa AIGP, intentou uma ação que foi totalmente procedente e a AZR teve de entregar toda a documentação solicitada.

--- O vogal Saldanha Rocha iniciou a sua intervenção referindo que teve conhecimento, através da página do Município, que se realizou uma reunião na ULS do Médio Tejo onde esteve presente o executivo da Câmara de Mação e solicita informação sobre esta matéria, nomeadamente porque a médica Isabel Anato se foi embora e também na sequência da promessa de campanha eleitoral de trazer dois médicos para Mação. Continuou solicitando informação sobre se houve alguma razão técnica para terem sido feitos cortes no betuminoso novo que já tinha sido aplicado na Avenida Adelino Amaro da Costa, pois agora o resultado final daquela intervenção já não será o mesmo. Continuou referindo que na Rua Monsenhor Álvares de Moura foram executados alguns trabalhos pela empresa Tejo Ambiente e esses locais não foram devidamente finalizados, tendo ficado alguns metros de rua por arranjar e solicita essa intervenção. Solicitou informação sobre se o contrato para a iluminação de Natal na vila foi cancelado e feito um novo, pois tem sido abordado por algumas pessoas com esta questão. Terminou referindo que enviou um mail ao Sr. Presidente da Câmara relativamente ao espaço atrás do prédio da Farmácia e do Fumeiro da Beira, onde existem dois pinheiros que levantaram o piso e que estão a por em risco os muros que dão acesso a uma das garagens e, quando chove muito verifica-se infiltração de água nas garagens e solicita verificação desta situação.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e agradece todas as questões que foram colocadas.

Relativamente à intervenção da vogal Carla Loureiro referiu que, no que diz respeito às Associações, congratula-se pelas palavras da vogal e que o executivo comunga desse apreço pelas mesmas, tendo já conseguido fazer uma reunião com grande parte dos dirigentes associativos do concelho para se começarem a operacionalizar alguns apoios e procedimentos, de forma a sermos efetivos a este grande associativismo que existe no nosso concelho. Relativamente às obras de requalificação urbana em Cardigos referiu que, desde o primeiro dia, este executivo tem estado empenhado e a trabalhar nesta obra, que é uma obra que merece uma atenção especial devido a ser uma obra muito complicada, com uma execução muito baixa, com muitos problemas e o ponto de situação, neste momento é que a obra está suspensa até dia 31 de dezembro de 2025, com acordo entre o empreiteiro e o Município para serem feitos pontos de situação e acordos sobre o estado em que a mesma se encontra e será retomada a partir do dia 1 de janeiro de 2026. Mais informou que foi feito um pedido de prorrogação por parte de empreiteiro de 5 meses, pois considera que, em 5 meses, conseguirá finalizar a obra e, portanto, estamos a trabalhar nos cronogramas temporais e financeiros para a obra retomar no dia 1 de janeiro e estar finalizada no dia 30 de maio de 2026, se não surgir nenhum imprevisto neste tempo. Referiu ainda que existiram muitos problemas da parte do empreiteiro, mas também por parte do dono da obra existiram algumas situações que não foram cumpridas e, neste momento, ainda estamos a trabalhar no plano final da Praça, que não tinha sido entregue ainda ao empreiteiro, por causa dos problemas existentes com as quotas e é esse trabalho que está a ser feito para não haver mais atrasos, pois as infraestruturas estão feitas.

Relativamente à intervenção do vogal Domingos Alves e ao requerimento apresentado, o mesmo vai carecer de análise pois é um documento carregado de muita matéria jurídica, e merecerá toda a atenção do executivo e dos serviços e terá uma resposta adequada sobre tudo o que no mesmo vem plasmado.

Em relação à intervenção do vogal Saldanha Rocha referiu que, relativamente à reunião com a ULS, foi uma visita da mesma ao município e foi uma reunião

de cortesia, de apresentação, na qual, como não podia deixar de ser, foi abordado o assunto da falta de médicos e do facto de ter saído uma médica e termos ficado somente com uma médica. Mais referiu que não será possível encontrar no seu programa eleitoral ou em algum documento escrito por si que disse que colocaria em Mação dois médicos brasileiros no dia seguinte a ser eleito, pois o que afirmou foi que estava a fazer contactos e haveria a possibilidade de poder enquadrar um casal de médicos brasileiros, não imediatamente, pois estes assuntos não se resolvem rapidamente, tendo este também sido um dos assuntos abordados na referida reunião. Referiu ainda que este é um assunto em que estamos todos empenhados, a Câmara, a ULS e a CIMT, havendo já também um grande envolvimento da mesma, no sentido de, em nome dos 11 concelhos, possa promover uma campanha de divulgação pois os apoios que os municípios estão a dar para a colocação de médicos não estão ainda amplamente divulgados e a divulgação a nível nacional poderá também ajudar neste procedimento. Referiu ainda que o executivo propôs ao Conselho Diretivo da ULS que, como temos em Mação atendimento complementar durante o fim de semana, pudéssemos ter, uma manhã ou uma tarde por semana, nos polos das sedes de freguesia, um serviço como o do atendimento complementar, que iria já resolver alguns problemas nesta matéria, sendo que a solução apresentada pela ULS, neste momento, será a presença de uma carrinha móvel nas aldeias, para trabalhos de enfermagem e também teleconsultas previamente marcadas, a partir da referida carrinha e a freguesia de Amêndoa foi a primeira identificada para este serviço, tendo em conta as más condições do posto médico daquela povoação.

No que diz respeito à questão relativa aos cortes realizados no betuminoso na Avenida Adelino Amaro da Costa referiu que aquela avenida estava em obra quando este executivo tomou posse e tinha sido asfaltada algum tempo antes das eleições, tendo-se verificada logo nessa altura que alguns locais tinham abatido e a marcação da sinalização horizontal da mesma, que estava prevista, não foi executada exatamente devido a esses referidos abatimentos. Mais referiu que a intervenção feita não terá sido a mais adequada, verificaram-se alguns abatimentos e, por isso, há a necessidade de se fazerem as devidas correções antes da obra ser entregue e os serviços técnicos da Câmara estão a trabalhar com o empreiteiro, no âmbito do procedimento concursal existente,

no sentido de ficarmos com uma obra nova, o melhor possível pois já não ficará com o aspeto de totalmente novo como desejaríamos, pois existiram estes problemas, mas o compromisso que existe é que vai ser fresado grande parte do pavimento novo para que não fique o remendo no sítio da vala mas que fiquem extensões de 10 a 15 metros pavimentadas na totalidade.

Em relação à Rua Monsenhor Álvares de Moura referiu que o problema exposto pelo vogal Saldanha Rocha é um problema recorrente dos últimos 20 anos naquela via e desta vez o problema foi causado pela tempestade “Cláudia”, que foi muito violenta com as águas e provocou alguns estragos naquele local. Mais informou que aquela obra está incluída na reabilitação urbana da vila de Mação e estando já consignada a obra, poderá demorar ainda algum tempo a chegar lá, mas é uma situação que terá de ser resolvida com um remendo provisório pois, estando contemplada para aquele local uma intervenção de fundo, não se justifica ali uma grande intervenção neste momento.

Relativamente às luzes de Nata informou que o contrato não foi cancelado e o que efetivamente aconteceu foi que, quando este executivo tomou posse, foi alertado pelos serviços de Aprovisionamento que não teria sido feito o procedimento concursal para a iluminação da Natal e o que o executivo fez de imediato foi abrir o procedimento para que pudéssemos ter luzes de Natal. Mais referiu que, obviamente, um contrato feito mais atempadamente terá uns custos e um contrato feito mais em cima da hora terá outros custos e nos contactos dos serviços com muitas empresas foram apresentados alguns valores quatro vezes superiores aos dos últimos anos devido à condicionante do tempo e foi feito um acordo com uma empresa fazer a iluminação que foi possível, que é a que foi ligada no dia 11 de dezembro, com o custo de 12.500,00€, já superior ao do ano passado devido à data em que foi contratado.

Relativamente ao email enviado em novembro, referiu que ainda não respondeu porque a situação nele plasmada está a ser avaliada de forma técnica e, logo que essa avaliação esteja concluída, pois não é uma coisa que se faça de um dia para o outro, será informado da solução para aquele problema.

--- O vogal Francisco Correia iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre se existiu algum motivo para não estarmos representados e, teremos sido o único município a não estar representado, na receção à segunda figura mais importante do Estado Português, o Sr. Presidente da Assembleia da República, na visita que o mesmo fez ao Distrito de Santarém.

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção desejando Boas Festas a todos os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que considera a Aldeia Natal, que se encontra no Largo dos Combatentes, um trabalho magnífico que engloba trabalhos de muitos funcionários da autarquia, bem como de instituições do concelho e outras como o Clube Sénior e, ainda mais por esse motivo, é fantástico o trabalho que ali está e a Aldeia Natal é, de facto, singular. Continua referindo que não compreende porque não tinha sido feito atempadamente o procedimento concursal para as luzes de Natal, lamenta que as coisas se tenham passado desta forma. Mais referiu que, ainda com referencia ao Natal, deixou uma sugestão para o executivo reunir com os artesãos que habitualmente participam na Expo Venda de Natal que decorre na Galeria Carlos Saramago, no Centro Cultural Elvino Pereira e parece-lhe que seria bom questionar esses artesãos e porque não integrar a Expo Venda na Aldeia Natal, o que considera que faria todo o sentido, pois ficaria englobado no mesmo espaço e seria um espaço que englobaria os visitantes de ambos os espaços.

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção felicitando o executivo pela forma como os Presidentes das Juntas estão a ser tratados desde o início deste mandato e agradece, em nome do executivo da União de Freguesias pela reunião que se realizou com todas as juntas e o executivo camarário e também elementos da Proteção Civil e os passos que foram dados na direção do futuro, de forma a termos uma articulação mais direta entre todos. Continuou agradecendo o trabalho que tem sido desenvolvido pelos elementos da Proteção Civil com a União de Freguesias, referindo que têm trabalhado de forma aberta e o executivo camarário tem dado a liberdade para contactarem diretamente a Proteção Civil e assim têm sido resolvidos muitos problemas com prontidão e agradece também aos referidos técnicos a sua abertura e

colaboração com a União de Freguesias. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Caminho da Fonte Velha, em Monte Penedo, dirigiu-se ao local e com os elementos da Proteção Civil concordaram em interditar aquele acesso devido ao perigo de ruína que ali está, mas considera que o caminho não poderá ficar interdito para sempre e deixa a sugestão que fosse considerado, nem que seja o segundo acesso, que é também um anseio da população, enquanto o problema não se resolve, haver um acesso alternativo à fonte, que ainda abastece algumas famílias, pela qualidade da água e também pela ligação que a população tem àquela fonte. Terminou a sua intervenção referindo que o polidesportivo do Pereiro foi inaugurado no dia antes da tomada de posse do novo executivo, mas, no seu entender não está concluído pois não tem balizas, não tem águas pluviais, tem problemas no próprio piso e questiona o executivo sobre o que pensa fazer sobre aquele espaço.

--- O Sr. Presidente da Câmara agradece as questões colocadas e relativamente à questão do vogal Francisco Correia informou que o convite para a cerimónia mencionada não foi enviado com muita antecedência e o Presidente da Câmara de Mação tinha agendado um compromisso no Porto, para as 9h e 30 m, porque esteve a participar no Congresso da ANMP, em Viana do Castelo e conciliou a ida ao Congresso com a escritura que tinha para assinar no Porto, escritura essa que era muito importante e que já tinha sido cancelada por duas vezes, que era a escritura do terreno onde está implantado o Posto Médico de Cardigos, que é objeto de financiamento e, se não tivermos a titularidade daquele terreno perdemos o financiamento daquela obra. Mais referiu que esta escritura já estava agendada quando veio o convite para a cerimónia e considerou ser mais importante para o concelho esta escritura e o que ela representa do que a presença na referida cerimónia.

Em relação à intervenção da vogal Cláudia Cordeiro relativamente à Aldeia Natal referiu que a mesma, para o ano será a Vila Natal. Mais referiu que considera que está ali um trabalho fabuloso, apenas feito pelos funcionários do Município, com a colaboração das IPSS's, das escolas, do CRIA e, por isso é um trabalho muito louvável que ali está e é um trabalho que tem de ser mais desenvolvido e mais expandido. Continuou referindo que a intenção do executivo é, no próximo ano, transferir tudo o que é de Natal para este Largo e

a Vila de Natal ser acompanhada pelos stands da venda de Natal e que possa haver animação de forma a atrair as pessoas a este local.

Relativamente às questões apresentadas pelo vogal Daniel Jana referiu que estamos todos cá para trabalhar, Câmara e Juntas de Freguesia em prol das nossas populações e, portanto, as Juntas de Freguesia terão tudo aquilo que necessitarem deste executivo para ser utilizado em prol das pessoas e do território do nosso concelho. Agradeceu os elogios feitos à Proteção Civil Municipal e agradece também aos técnicos da Proteção Civil pois os mesmos têm sido incansáveis e têm articulado muito bem com as Juntas de Freguesia pois foi-lhes dada essa liberdade de ação para que possam trabalhar com as mesmas naquilo que for necessário. Relativamente ao Caminho da Fonte Velha, em Monte Penedo, referiu que o executivo está a avaliar a possibilidade de abertura do caminho pelo outro lado, que era uma ambição antiga das pessoas, e quando o tempo o permitir iremos fazer pois a questão do penedo não será fácil fazer pois é um penedo que está sobre a via e está com fragmentos e a solução poderá ser a colocação de uma rede em toda a pedra para evitar que os fragmentos possam cair e, neste momento está a ser feita uma avaliação técnica daquela questão.

Em relação ao polidesportivo do Pereiro referiu que acompanhou o processo desde o início, enquanto Presidente da União de Freguesias e até foi a Junta que inicialmente contactou a Câmara para se poder recuperar aquele espaço e haveria ali uma responsabilidade tripartida entre a União de Freguesias, a Associação e a Câmara e, na altura foram feitas várias reuniões para perceber até onde é que cada entidade podia ir com aquele projeto, depois a Câmara tomou um pouco as rédeas do projeto, até não comunicando muito com a União de Freguesias sobre aquilo que se estava a fazer, no entanto, sempre se foi acompanhando e aquilo que está lá agora não se poderá dizer que está concluído pois tem problemas, o Sr. Vereador Pedro e a Eng.<sup>a</sup> Sónia já estão a tratar da questão das águas pluviais, faltam alguns equipamentos mas, certamente que havemos de marcar brevemente uma reunião com a União de Freguesias, a Associação e a Câmara para tentarmos levar a bom porto e concluir aquela obra, como inicialmente foi programada e da qual fomos partes intervenientes. Agradece à União de Freguesias, na pessoa do seu Presidente, a disponibilidade para dialogar sobre aquela obra e podermos dar ali os

equipamentos que ainda faltam para poder por aquele equipamento ao serviço da população, pois é isso que se pretende.

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta da sessão de 17 de dezembro de 2025.

Posta à votação, a acta foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**

---- Em aditamento à informação prestada o Sr. Presidente da Câmara informou ainda que, relativamente à empresa intermunicipal Tejo Ambiente e no que diz respeito ao preço do abastecimento de água e outros serviços desta empresa, o mesmo está dentro dos parâmetros da ERSAR e vai ter um aumento de 0.95% no ano de 2026 no abastecimento de água e saneamento de 3,32% nos resíduos sólidos urbanos e, como estes valores estão dentro dos parâmetros da ERSAR e por isso não tem necessidade de ser colocado à votação. Mais informou que, no âmbito da regularização do património do município, assunto várias vezes referido nas sessões desta Assembleia, o executivo está já a constituir uma “task force” para tentarmos regularizar todo o património do município que está em situação de não registo, nomeadamente a situação do terreno do Posto Médico de Cardigos, que já referiu aqui hoje, pois o Posto que tinha sido feito naquele local foi construído em terreno de particulares e foi posto agora para o novo Posto Médico mas o terreno continuava em nome da particulares, o que já foi regularizado. Mais informou que já foram detetadas várias situações que carecem desta regularização, nomeadamente a questão dos Parques Eólicos, dos quais foram feitas escrituras através do Notário Privativo da Câmara, mas dos quais nunca foram feitos destaques e estes procedimentos são necessários e está a ser feito um levantamento destas situações, de forma a que as mesmas sejam devidamente regularizadas e os Parques Eólicos sejam efetivamente propriedade plena do município. Terminou referindo que este documento de informação do ponto 1) da Ordem de Trabalhos, que acabou de ser lido e do qual foram somente distribuídas cópias aos líderes de bancada, estando o mesmo incluído na Ordem do Dia, o mesmo

será disponibilizado a todos os membros da Assembleia de modo a que todos possam acompanhar a leitura do mesmo ou até ser dispensada a sua leitura.

--- O vogal Saldanha Rocha referiu que o documento referido, mesmo que seja distribuído por todos os membros desta Assembleia, deverá ser lido, uma vez que estas sessões são em livestreaming e assim as pessoas que nos seguem poderão ficar a par do trabalho do executivo no espaço de tempo que medeia as sessões da Assembleia Municipal.

--- O Sr. Presidente da Mesa referiu que este assunto será articulado com o executivo municipal, mas considera que, este documento, como qualquer outro, deverá constar da Ordem de Trabalhos e da documentação que é entregue aos membros da Assembleia, e tal como todos os outros que não são lidos aqui, são devidamente analisados pelos membros e se necessitarem de esclarecimento sobre os mesmos poderão colocar as questões aqui e, na sua opinião, não lhe parece que seja, de todo, necessário estar aqui a ler todo o documento, mas compreende a posição do vogal Saldanha Rocha sobre a importância do documento que reflete o trabalho desenvolvido pela autarquia desde a última Assembleia, mas não lhe parece que seja extremamente necessário proceder à sua leitura.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: 2) **Discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**

--- O Sr. Presidente da Mesa informou que este Regimento é o que transitou do mandato anterior, não foi feita qualquer alteração, mantém-se tal como está e propõe a votação do mesmo nesta sessão.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o Regimento da Assembleia Municipal.

--- O Sr. Presidente da Mesa continuou a sua intervenção referindo que, das leituras que foi fazendo deste Regimento, o mesmo carece de alguns ajustamentos e alterações e considera que se deve trabalhar sobre este documento e introduzir as alterações que forem consensualmente decididas e, nesse sentido, considera que deve ser criado um grupo de trabalho que integre as três bancadas desta Assembleia que possa analisar este documento e,

numa próxima Assembleia termos esse documento concluído para ser sujeito a votação nesta Assembleia.

Face à sugestão do Sr. Presidente da Mesa foram indicados os seguintes membros para fazerem parte do grupo de trabalho referido:

- Nuno Fernando Bento Neto e Cláudia Sofia Marques Cordeiro pela bancada do Partido Socialista.
- José Manuel Saldanha Rocha e Nuno Filipe de Oliveira Lopes Serras pela bancada do Partido Social Democrata.
- Domingos Martins Alves, pela bancada do Movimento Independente Juntos Por Mação.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: 3) **Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira**

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que este assunto foi presente em reunião de Câmara de abril de 2024, mediante uma solicitação da União de Freguesias para a requalificação da Escola de Chão de Codes, um edificado que é propriedade do Município, tendo sido entendimento da União de Freguesias e da Câmara que era importante a recuperação daquele edificado e que o mesmo pudesse ser mantido com a traça original e para esta recuperação foi feito um orçamento que foi presente em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, tendo sido aprovado que a Câmara suportaria 50% dos custos e a União de Freguesias os outros 50% porque existe um contrato de comodato da Câmara para a União de Freguesias e a mesma é que tem a gestão daquele espaço. Mais referiu que foi aprovada a referida importância dos 50% do valor do orçamento apresentado, ao qual acrescia o valor do IVA e essa situação não terá ficado explícita nos documentos e foi feita a transferência para a União de Freguesias do valor sem o IVA, tendo a mesma suportado esse valor. Assim, foi apresentada proposta em reunião de Câmara para que seja pago à União de Freguesias 50% do valor do IVA que foi pago pela mesma, no montante de 6.068,30€ (seis mil, sessenta e oito euros e trinta cêntimos) para colmatar o que estava em falta.

--- O vogal Daniel Jana informou que a obra referida está totalmente concluída e está ao serviço da população a partir do dia 1 de janeiro de 2026,



nomeadamente com as atividades do Clube Sénior. Informou ainda que serão implementados naquele local dois espaços de memória pelo Museu de Mação, um ligado à própria escola e um outro ligado à floresta.

--- O vogal Saldanha Rocha referiu que a bancada do Partido Social Democrata considera justo que a União de Freguesias seja ressarcida dos 50% do IVA da intervenção feita no referido edificado, conforme proposta apresentada.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação a vogal Carla Loureiro, pagar à União de Freguesias 50% do valor do IVA que foi pago pela mesma, no montante de 6.068,30€ (seis mil, sessenta e oito euros e trinta cêntimos).

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Amêndoa.**

--- O Sr. Presidente referiu que este pedido de apoio da Junta de Freguesia de Amêndoa é um pedido que já vem do anterior executivo, tendo sido presente e aprovado em reunião de Câmara de setembro de 2025, estando pendente de aprovação da Assembleia Municipal e essa aprovação torna-se necessária. Mais informou que este apoio se destinou a alguns trabalhos necessário de restauro e pintura do Cruzeiro e a Câmara deliberou apoiar com 50% do valor, que se traduzia no montante de 3.074,00€ (três mil e setenta e quatro euros) e propõe que a Assembleia também aprove este apoio à Junta de Freguesia de Amêndoa.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade apoiar no montante de 3.074,00€ (três mil e setenta e quatro euros) a Junta de Freguesia de Amêndoa.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Cardigos.**

--- O Sr. Presidente referiu que este pedido de apoio também foi a reunião de Câmara em setembro de 2025 e carece de aprovação da Assembleia Municipal, tal como o ponto anterior. Mais informou que este pedido resultou de um compromisso entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Cardigos sobre a instalação provisória do Posto Médico de Cardigos por motivo do antigo Posto ter sido demolido e estar a decorrer a construção do mesmo, nas antigas instalações da Junta de Freguesia, e foram feitas algumas adaptações necessárias do espaço no valor de 3.945,48€ (três mil, novecentos e quarenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos) e o que a Câmara aprovou na sua reunião foi pagar a totalidade desta despesa e aquilo que este executivo propões à Assembleia Municipal é que este valor seja pago à Junta de Freguesia de Cardigos.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade apoiar a Junta de Freguesia de Cardigos com o montante de 3.945,48€ (três mil, novecentos e quarenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos).

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: 6) **Discussão e votação de proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos compromissos;**

--- O Sr. Presidente apresentou a seguinte proposta:

“Considerando, por um lado, o disposto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação financeira, locação - venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) O valor do compromisso plurianual se enquadre no limite previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação em vigor; e o respetivo prazo de execução não exceda três anos.

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando, que o art. 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua atual redação, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais. Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal, para que neste mandato:

1- Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) O valor do compromisso plurianual se enquadre no limite previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação em vigor; e o respetivo prazo de execução não exceda três anos.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo DL 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012, sem prejuízo do regime transitório previsto no art.º 23.º do DL 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação.

5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovada por maioria com 10 abstenções a proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos compromissos.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2026;**

--- O Sr. Presidente referiu que, relativamente aos documentos previsionais para o ano de 2026, Plano de Atividades, Orçamento e PPI, considera que os documentos que foram entregues a todos os membros desta Assembleia são documentos simples, que se interpretam de forma muito concreta. Continuou a sua intervenção referindo que o executivo que apresenta este Plano de Atividades e este Orçamento está em funções há menos de dois meses, é urgente apresentar estes documentos e tê-los aprovados até 31 de dezembro de 2025 para que possamos ter um Orçamento em vigor no dia 1 de janeiro de 2026, apesar de, em ano de eleições existir a prerrogativa que permite aprovar estes documentos até três meses da tomada de posse do executivo, o mesmo considerou que seria importante que no dia 1 de janeiro tivesse um Orçamento aprovado para poder entrar em vigor. Mais referiu que o documento que está

na presença de todos refere várias questões, que são as linhas orientadoras que este executivo pretende, nomeadamente no Plano de Atividades, ele refere muito daquilo que são as orientações e que é o plano deste executivo que é para um ano, mas que está plasmado para o mandato, pois, no fundo, esta é alinhada orientadora para o mandato de quatro anos, embora se centre no ano de 2026. Referiu também que depois temos um Orçamento que não faz uma ligação concreta com aquilo que é este Plano de Atividades porque, efetivamente, as grandes obras e as grandes verbas que estão alocadas a este Orçamento são questões que estão em transito, que vem do executivo anterior e que é importante alocarmos neste Orçamento. Mais referiu que na tomada de posse afirmou que este executivo não iria fazer tábua rasa, não iria marginalizar, não iria deitar fora aquilo que estava em vigor, que estaria adjudicado ou em vias de adjudicação, até porque alguns destes projetos já têm financiamentos garantidos e, por isso, aquilo que foi feito foi alocar todas essas ideias neste documento que, a nível de Orçamento começa já a refletir os caminhos por onde este executivo pretende ir, nomeadamente a nova creche, a recuperação do polidesportivo do Cerejal com a construção de um parque de estacionamento que ajude os problemas da vila, mas garante-o apenas em termos de projetos, porque se não houver projetos não será possível executar obra. Continuou referindo que, no próximo ano, aquilo que o executivo pretende fazer, dentro do que são as suas propostas, é começar a desenvolver os projetos para poder, a seguir, concretizar a obra, mas obviamente que aquilo que quer e acolhe neste documento é tudo aquilo que estaria em execução e que vem do mandato anterior, pois a governação de uma Câmara é um ato contínuo de compromissos e de projetos. Referiu também que este é um Orçamento na ordem de quase 22 milhões de euros, no qual estão integradas as grandes obras como a habitação a custos controlados, o projeto da regeneração urbana da vila de Mação, o projeto dos presuntos em Envendos, o término da obra de Cardigos, que são projetos importantes, que absorvem muito dinheiro e que este executivo teria, obrigatoriamente, que os integrar aqui e, independentemente dos financiamentos, é necessário mais verbas para alocar a estes projetos e, por isso essas verbas não poderão ir para os novos projetos deste executivo. Continuou referindo que, em abono da verdade e que, se assim não fosse

também não era correto, quem chega hoje, sem projetos, não pode começar a executar amanhã pois primeiro tem de elaborar os projetos e o documento que aqui é presente é efetivamente isso, onde no Plano de Atividades já começa e espelhar aquilo que são as linhas orientadoras deste executivo, aquilo que pretende implementar, mas ao nível das grandes obras, o que se pretende com este Orçamento é concluir obras em curso e que são participadas pelo PRR.

--- A vogal Carla Loureiro referiu que, após análise política ao Plano de Atividades apresentado, constata que o mesmo reflete os compromissos assumidos na campanha eleitoral, com valores dos projetos, pois é com os projetos que se começa. Mais referiu que este executivo, eleito há cerca de dois meses não poderia ter já os projetos feitos, por isso compreende perfeitamente que este Plano de Atividades e Orçamento, em termos de atividades espelha aquilo que foi proposto às pessoas, mas em relação ao Orçamento existem valores em projetos que não eram propostas do Partido Socialista, mas com os valores que vêm do passado, é honrado o trabalho que vem do passado, do anterior executivo. Mais referiu que a bancada ficou agradada com a menção do projeto para o polidesportivo do Cerejal pois era um projeto que fazia parte da campanha eleitoral. Mais referiu que um dos projetos defendido na campanha eleitoral do Movimento Independente, as carrinhas de saúde, também vem mencionado nestes documentos, o que demonstra que este Plano de Atividades é muito abrangente pois engloba o muito querer de muita gente. Mais referiu que outra coisa que deixou a bancada do PS muito agradada foi a proximidade que o executivo quer ter com as Juntas de Freguesia e isso vem também espelhado neste documento. Ainda sobre o Plano de Atividades considera que o mesmo não é só do Partido Socialista e poderia até dizer que é o Plano de Atividades certo, com ideias de todos e muito abrangente em todas as áreas e em todo o concelho. Referiu ainda que este é o primeiro Plano de Atividades do Partido Socialista no concelho de Mação e é especial por ser o primeiro, ao fim de tantos anos o Partido Socialista conseguiu ter um Plano de Atividades para o concelho com as nossas ideias, mas que honra com o passado e considera um muito mau começo que este Plano de Atividades tenha sido votado contra pelo Partido Social Democrata em sede de reunião de Câmara. Considera que este foi um

mau começo e considera que os membros do Partido Social Democrata nesta Assembleia, bem como o membro do Movimento Independente devem ser mais responsáveis politicamente e a Assembleia Municipal dar este aval ao Partido Socialista, pela primeira vez na história de Mação, para no próximo ano executar este trabalho que será um trabalho exigente, com um Orçamento de 21 milhões de euros. Termina a sua intervenção desejando boa sorte e saúde para concretizarem o que propõem e a bancada do Partido Socialista estará aqui para ajudar no que for preciso.

--- O vogal Nuno Serras iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que ao ler este Plano de Atividades algumas coisas despertaram especialmente a sua atenção, nomeadamente as Bolsas de Estudo pois no documento é dito “reforçaremos o programa municipal de bolsas de estudo”, mas depois na rubrica correspondente verifica que foi alocada uma verba de 8.775,00€ (oito mil, setecentos e setenta e cinco euros), quando em 2025 tinha sido alocada uma verba de 33.000,00€ (trinta e três mil euros), verba essa que tinha sido a mesma em 2024 e verba essa que tinha ficado apresentada como subsídios concedidos nas contas de 2024, últimas apresentadas até ao momento. Mais referiu que o projeto do Centro Geométrico de Portugal tinha sido dotado de uma verba de 200.000,00€ para 2026 e que agora passou para 1.000,00€, o que compreende que é para manter a rubrica aberta, mas solicita informação sobre este projeto. Continuou referindo as Instituições sem fins lucrativos e em 2024, as transferências correntes para as Instituições sem fins lucrativos, situava-se nos 950.000,00€, em 2025 passaram para os 820.000,00€, prevendo-se para 2026 o valor de 330.000,00€, não havendo compensação nas transferências de capital e por isso questiona sobre o motivo deste decréscimo.

--- O vogal Miguel Matos iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou saudando o executivo pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com as Juntas de Freguesia. Mais referiu que, relativamente ao Orçamento, verificou que, sendo a freguesia de Envendos uma das maiores freguesias do concelho de Mação, considera que o investimento não estará a ser proporcional à dimensão da freguesia e ficou também triste com a reestruturação do projeto do Museu do Presunto pois a freguesia de Envendos tem sido um pouco esquecida nos últimos anos com investimentos estruturais e

agora verificou uma reestruturação do projeto mencionado, para diminuir o valor do mesmo. Relativamente ao acesso à A23, reconhece que a responsabilidade daquela intervenção não é da Câmara, mas não vê refletido o investimento da parte da Câmara do protocolo com as Infraestruturas de Portugal. Termina referindo que entende que este executivo está a trabalhar há pouco tempo e refere que a sua intervenção é somente um alerta para quando o mesmo programar investimentos nas freguesias não se esquecer da freguesia de Envendos, nomeadamente a questão da carrinha de saúde da ULS, porque Envendos também não tem médico.

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção agradecendo as questões colocadas. Relativamente à intervenção da vogal Carla Loureiro referiu que efetivamente é honrar o trabalho do passado, trabalho esse que é para continuar pois não poderia de forma alguma ser descartado pois seria um desperdício para o concelho.

Em relação à intervenção do vogal Nuno Serras, referiu que, tanto as Bolsas de Estudo como o Centro Geométrico e as IPSS's, quando se está a construir um Orçamento tem de se saber primeiro as receitas que vão haver para depois as mesmas serem distribuídas pelas despesas que o executivo pensa concretizar e este Orçamento foi feito quase em tempo record para podermos estar hoje aqui a aprová-lo e termos um Orçamento no dia 1 de janeiro. Mais referiu que não terá qualquer problema em poder apresentar um Orçamento retificativo se o mesmo se justificar e for para o bem do concelho e das suas populações e, para além disso, o executivo tem noção que algumas destas rubricas, nomeadamente estas e até outras, como por exemplo a rubrica das Juntas de Freguesia, que têm valores inferiores aos que o executivo quer concretizar, no entanto, ainda nesta sessão ouvimos a informação financeira e ao dia de hoje, o município tem um saldo orçamental de 5 milhões de euros e, quando for na sessão desta Assembleia de fevereiro será presente uma revisão orçamental para incorporar o Saldo de Gerência e a perspetiva é que o Orçamento não seja de 21 milhões de euros e passe a ser de 26 milhões de euros e será nessa altura que serão reforçadas estas rubricas, porque na elaboração deste Orçamento e para que o mesmo fosse construído devidamente houve necessidade de alocar verba aos projetos que têm financiamento para poder garantir os mesmos e, também com mais dois meses de trabalho, o executivo



poderá, mais conscientemente, gerir o referido saldo de gerência e é esse o compromisso que fica da parte deste executivo.

Relativamente à intervenção do vogal Miguel Matos, agradece o reconhecimento do trabalho levado a efeito com as Juntas de Freguesia, referindo que esse trabalho é para continuar e aprofundar de forma a que se crie uma relação estreita sempre no apoio às Juntas de Freguesia, pois esse é o compromisso assumido. Relativamente à falta de investimentos aqui relatados, efetivamente, há um investimento certo no Museu do Presunto, que tem um investimento no projeto de 579.816,00€, mas é um investimento plurianual, pelo que o que está neste Orçamento será a verba prevista gastar em 2026, uma vez que aquele projeto poderá não estar concluído nesse ano. Em relação à carrinha de saúde, a questão que falou da Amêndoa prende-se com as condições do Posto Médico e as instalações de Envendos são dignas e as de Amêndoa não são de todo e daí a primeira prioridade da carrinha de saúde será a Amêndoa, mas evidentemente que o Posto Médico de Envendos não está esquecido. Relativamente à A23, considera que este não é um projeto fácil, a estrada não é municipal, mas já foi feito um primeiro contacto com a pessoa responsável por esta área, ficou uma reunião agendada para janeiro e, nessa altura o Presidente da Junta de Freguesia de Envendos será convidado a participar na mesma para acompanhar o que se passar em relação a esta matéria.

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Orçamento apresentado e, enquanto líder de bancada do PS, o que tem a dizer é fazer um agradecimento ao executivo, porque aquando da tomada de posse, uma das coisas muito referidas foi que teríamos de ser responsáveis e o executivo mostra aqui, logo da primeira vez que teve oportunidade, o que é ser responsável, nomeadamente em termos daquilo que é o interesse pela estabilidade daquilo que está a ser feito no nosso concelho e que não estava a ser feito por este executivo, naturalmente, e aquilo que seria a agenda política. Mais referiu que, enquanto Partido Socialista, tiveram sempre, quer neste Órgão, quer na Câmara Municipal representantes que sempre honraram os membros do partido, pois foram sempre pessoas de muito valor e interventivos a cumprir os seus papéis nos respetivos Órgãos e, neste sentido, questiona se houve ou não alguma proposta dos vereadores da



oposição para este Orçamento de 2026. Terminou a sua intervenção deixando um convite a todos para lerem a acta nº 2 do dia 30 de novembro de 2021, deste Órgão.

--- O vogal Domingos Alves inicia a sua intervenção referindo que o que vê neste Orçamento é que o mesmo já vem do passado e é quase totalmente para cumprir compromissos que já tinham sido assumidos, ainda assim, considera que nestes documentos vê muito para Mação, mas pouco para as freguesias. Mais referiu que, para o Movimento, o importante é o essencial e aquilo que é útil para as pessoas é que o Movimento pretende que seja feito. Continua referindo que uma coisa que o impressiona são as requalificações previstas que lhe dão a sensação de que tudo está sempre a ser requalificado o que o faz pensar que há duas hipóteses, ou as obras são mal feitas ou os materiais não são os adequados. Continua dando o exemplo das praias fluviais, nomeadamente a de Carvoeiro que foi requalificada devido a uma cheia que causou danos na mesma e esses danos poderiam ter sido evitados se o passadiço que liga a margem direita à margem esquerda tivesse sido retirado no inverno, deixando livre o curso do leito da ribeira para correr desimpedido e foi o que aconteceu, tendo vindo a gastar-se muito dinheiro numa requalificação que teria sido evitada simplesmente com a retirada do referido passadiço. Mais referiu que o Plano de Atividades menciona requalificações nas estradas das aldeias e relativamente a esta matéria considera que estas requalificações têm de ser feitas em termos futuros, como por exemplo a requalificação da estrada de Frei João e de Chão de Lopes Pequeno que, na sua opinião, foi uma obra mal feita, porque estreita a estrada e subiu o alcatrão, ficando a valeta muito funda e não permitindo que se cruzem dois carros e também a estrada de Chão de Lopes Grande para Chão de Lopes Pequeno, onde o pavimento é bom , mas encolheram a estrada e também não se conseguem cruzar dois veículos na mesma e por isso considera que este tipo de requalificações mais vale que não sejam feitas. Em seguida enumerou algumas obras que considera necessárias no nosso concelho, nomeadamente a Fonte Velha em Chão de Codes que necessita que seja concluída a sua recuperação, a requalificação da praia Fluvial de Cardigos, que está em Plano de Atividades, a ponde da Rouqueira, da qual já se falou, a Capela da Santa Casa da Misericórdia de Cardigos que está em muito mau estado, a

recuperação de um fontanário em Chão de Lopes Pequeno que já começou a ser recuperado várias vezes mas nunca foi finalizado. Relativamente à saúde, referiu estar satisfeito pela notícia de que vai haver a carrinha da saúde nas nossas freguesias. Mais referiu que considera primordial todas as aldeias terem água nas habitações, tendo referido que algumas casas em Feiteira ainda não têm água, e isso é essencial para as pessoas. Referiu ainda que considera que a Câmara deveria tentar diligenciar no sentido de ser criado em Mação os Julgados de Paz.

--- O vogal Saldanha Rocha inicia sua intervenção referindo que aquilo que vem expresso em Plano de Atividades não vem totalmente refletido no Orçamento nem no PPI, que é um documento extensível a cinco anos, que reflete o pensamento de um executivo a cinco anos e, não parece à bancada do PSD que quem elaborou o Orçamento e o PPI estivesse completamente por dentro do Plano de Atividades deste executivo e dá como exemplo o facto de vir mencionado em Plano de Atividades que o executivo se propõe a responsabilidade de pagar 14 meses às IPSS's, mas não vê isso refletido em sede de Orçamento. Mais referiu que vem mencionado em Plano de Atividades a intenção de iniciar uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Mação tendo em vista a construção de uma nova creche e questiona se essa parceria já não existia no passado, inclusivamente com o compromisso de uma verba avultada para a construção da referida creche. Termina referindo que, relativamente à votação destes documentos e à votação do vereador do PSD na Câmara, a bancada do PSD nesta Assembleia está em sintonia com os vereadores, mas também tem a consciência do peso de um voto contra num Orçamento e num Plano de Atividades para o seu PPI e para a vida do nosso concelho.

---O Sr. Vereador José António Almeida iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que sabe bem as consequências dos seus atos, bem como as consequências das decisões que tomou e também sabe a proporcionalidade do Órgão em que está integrado e das consequências das decisões tomadas. Considera que foi um pouco abusivo da parte da vogal Carla Loureiro fazer as afirmações que fez e tirar as conclusões que tirou sem saber o teor da discussão. Mais referiu que, ao votar contra estes documentos, sabia as consequências desse voto e referiu isso na

reunião de Câmara. Continuou referindo que estes documentos que lhes foram apresentados não têm ligação entre si, ou seja, aquilo que é dito em Plano de Atividades não está diretamente relacionado com aquilo que vem plasmado em Orçamento nem com o Plano Plurianual de Investimentos e os únicos pontos que fazem isso são aqueles que já estavam tratados, nomeadamente a habitação a custos controlados, a extensão de saúde de Cardigos, a reabilitação urbana da vila de Mação, as obras da escola básica e o Museu do Presunto de Envendos. Referiu ainda que o PPI é um documento a cinco anos e vai para lá do mandato autárquico exatamente para existir esse ano de ligação e o que não podia aceitar é que este trabalho feito, que facilita muito o trabalho deste executivo, seja nas declarações do Sr. Presidente da Câmara um empecilho que limita a margem de manobra deste executivo, ou seja, enquanto representante de uma parte importante daquilo que é a sensibilidade do concelho, não pode aceitar que uma mais valia para este executivo seja apontado como algo negativo. Mais referiu que, tecnicamente, estes documentos não mereciam outro voto que não fosse essa chamada de atenção, porque foi uma chamada de atenção e uma mensagem política, sendo que, se este voto impedisse a aprovação dos documentos, provavelmente não seria tão radical. Relativamente às propostas para estes documentos, entende que as mesmas não devem ser prévias, mas sim com base nas propostas apresentadas pelo executivo e, nesse sentido, teve oportunidade, depois de explicar o voto, fazer as chamadas de atenção que entendeu por convenientes e relativas aos pontos que entendeu serem contributos, de forma responsável.

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio referindo que, relativamente ao expresso pelo vogal Domingos Alves, o qual destacou a palavra requalificar e elencou um conjunto de situações que não estão bem e necessitam ser requalificadas, nomeadamente a praia fluvial de Cardigos que tem uma tela que, com uma intempérie pode romper a tela e causar problemas maiores, pelo que têm de ser acauteladas estas situações para que, no futuro, não venham a acontecer e é um pouco isso para que este executivo está desperto e a olhar para acautelar. No que diz respeito às estradas, referiu que o vogal tem razão pois quando é feito um tapete betuminoso com dois ou três metros, as bermas ficam muito altas e torna efetivamente muito difícil o cruzamento de dois veículos automóveis e este executivo quer corrigir essas situações.



Relativamente às fontes informou que as fontes e os abrigos de passageiros, desde 2006, são da responsabilidade das Juntas de Freguesia, ou seja, a conservação das fontes e dos abrigos de passageiros são da responsabilidade das Juntas de Freguesia, mas grande parte do existente é património do município e é necessário haver um auto de transferência do município para as freguesias para que as mesmas possam entender aquele património como seu e em relação à Fonte Velha de Chão de Codes pensa que a União de Freguesias já está a limpar aquele espaço para dignificar o espaço e recuperar a fonte e acredita que todas as Juntas de Freguesia têm o objetivo de recuperar e manter as fontes das sua freguesias e a Câmara estará sempre disponível para colaborar nesse sentido. No que diz respeito a existirem ainda alguns moradores sem água canalizada, em alguma povoação, referiu que fica aqui uma dica importante para que o executivo diligencie para que se faça um levantamento dessas situações para depois se verificar o que é possível fazer nessa matéria, pois o seu entendimento era que o concelho tinha água canalizada a 100%. Relativamente aos Julgados de Paz, referiu que já conversou com alguém sobre essa situação e considera que é uma ideia que este executivo acolhe pois poderia contribuir para a resolução de alguns problemas, evitando as deslocações, nomeadamente para Abrantes e este é um assunto que poderá ser encarado como viável e até uma mais valia para o concelho e agradece ao vogal Domingos Alves pela partilha.

Relativamente à intervenção do vogal Saldanha Rocha e à questão do pagamento de 14 meses às IPSS's, referiu que não é isso que vem mencionado em Plano de Atividades, mas sim que a realidade existente é que as instituições recebem 12 meses do Estado e pagam 14 meses aos trabalhadores e está como enquadramento e não que o executivo vai dar esses dois meses, pois esta é uma matéria que preocupa este executivo porque esta situação deita muito abaixo a tesouraria das instituições nos meses de julho e dezembro com o pagamento dos respetivos subsídios. Relativamente à parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Mação, a mesma existe, mas atendendo à nova realidade e às novas situações, o conforto assumido pela Câmara e Assembleia Municipal revelou-se completamente insuficiente porque a Santa Casa elaborou o projeto e lançou o concurso que ficou deserto e, a seguir fizeram convites a várias empresas e apenas uma respondeu dizendo



que necessitaria de um milhão e setecentos mil euros para executar a obra e o acordado anteriormente era completamente insuficiente e, por isso este executivo encetou um novo ciclo na possibilidade de, neste momento, a nível da Comunidade Intermunicipal, a mesma terá de envidar esforços para, em próximos programas haja mais financiamento para creches pois a realidade do nosso país, neste momento, é que a natalidade está a crescer e, nesse sentido será necessário olhar para esta realidade com outros olhos e o seu financiamento não poderá continuar a ser visto como um valor residual, mas como algo mais importante que ajude os municípios a desenvolver estes projetos e, por isso o executivo está em constante diálogo com a Santa Casa e foi ponderada a possibilidade de ser a própria Câmara a fazer uma candidatura para a construção de uma creche de raiz e, depois fazer um Contrato de Comodato com a Santa Casa para a sua gestão. Informou ainda, relativamente a este assunto que foi inscrita uma verba no Orçamento para que este executivo possa começar a desenvolver o projeto, sendo certo que o mesmo, havendo uma posição concertada entre o Município e a Santa Casa, terá de ser acelerado pois a necessidade já não é para amanhã, nem para hoje, já foi para antes de ontem e é esta a posição deste executivo e o caminho que quer seguir.

Terminou a sua intervenção referindo que, em abril, aquando da apresentação dos documentos de Prestação de Contas, iremos, com certeza ter muitas respostas para muitas questões que foram hoje aqui debatidas, porque esse documento vai plasmar aquilo que é a realidade.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por o Orçamento Municipal (Plano de Atividades / Relatório) por maioria, com oito abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: 8) **Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2026;**

--- O Sr. Presidente referiu que esta matéria nunca é fácil pois, normalmente, os serviços, que já são numerosos, entendem que têm pouco pessoal em cada um deles e que necessitam de mais e, por isso, é sempre complicado, em



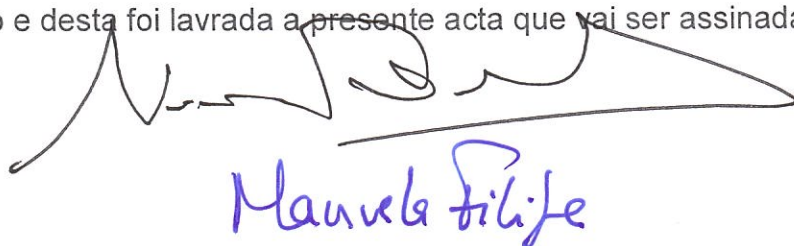
termos orçamentais e de mapa de pessoal, acolher todas as solicitações dos serviços. Mais referiu que, aquilo que foi a política deste executivo para este Mapa de Pessoal, para este ano, foi tentar ao máximo acolher o maior número de solicitações, no âmbito daquilo que são as necessidades do Município com todos os serviços e, fazendo uma análise do número de pessoas que se encontram ao serviço, contrapondo com as vagas existentes no quadro de pessoal e, fazendo também a sobreposição com aquelas vagas que estão a resultar de pedidos de mobilidade e aposentação no próximo ano, foi entendimento do executivo criar oito novos lugares no Mapa de Pessoal para 2026. Referiu ainda que, com esta decisão e toda a regeneração que é necessária fazer no quadro de pessoal, considera que a Câmara ficará com condições para conseguir ter os serviços todos a funcionar em pleno. Mais referiu que esta proposta de abertura de novos lugares, bem como os existentes, são lugares que não serão preenchidos de imediato, sendo que existem dificuldades de pessoal nas escolas, com falta de Assistentes Operacionais, e de pessoal técnico aqui nos serviços do edifício, e também temos falta de Assistentes Operacionais em Cardigos, na ligação da escola com o posto de trabalho na Loja do Cidadão e, neste sentido, no início do ano vamos começar a abrir alguns procedimentos e, aquilo que este executivo pretende é, ao longo do ano de 2026, com a possibilidade que este Mapa de Pessoal nos trás, poder ir colmatando estas dificuldades que se estão a verificar nos serviços e servir a população da melhor forma possível.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com seis abstenções o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2026.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

-----ENCERRAMENTO-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.



Manuel Filipe